www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

Jornalista Responsável:

ANO XIV – Nº 2735 – PÁG. 1 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

ATOS DO PODER EXECUTIVO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343 www.sabaudia.pr.gov.br

ERRATA

Informamos através do presente que na **Portaria nº 469/2025** publicadas através do Diário Oficial do Município, edição n° 2727, página 14 do dia 05/09/2025;

ONDE SE LÊ:

"CORNÉLIO PROCÓPIO-PR"

LEIA-SE:

"JACAREZINHO-PR"

Edifício da Prefeitura Municipal de Sabáudia, 17 de setembro de 2025.

EDSON HUGO MANUEIRA

Prefeito Municipal

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

Jornalista Responsável:

ANO XIV – N° 2735 – PÁG. 2 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR
CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343
www.sabaudia.pr.gov.br

LEI Nº 936/2025

"Declara utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede no Município de Sabáudia, Estado do Paraná, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Sabáudia, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica declarada a utilidade pública, para todos os fins e efeitos legais, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE, inscrita no CNPJ sob n.º 02.477.303/0001-25, com sede no Município de Sabáudia, Estado do Paraná.
- **Art. 2º** A entidade referida no Art. 1º deverá apresentar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, até 30 (trinta) de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente.

Parágrafo único. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, cópia do relatório circunstanciado.

- **Art. 3º** Será objeto de lei que revogue os efeitos da declaração de utilidade pública concedida à entidade, quando:
 - I Deixar de cumprir a exigência do art. 2º desta Lei;
- II Alterar os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos ou quando solicitados pela municipalidade, salvo por justo motivo neste último caso;
- III Alterar sua denominação e, dentro de 30 (trinta) dias contados da averbação no Registro Público, deixar de enviar à Câmara Municipal o pedido para tornar-se objeto de nova lei;

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

ANO XIV – Nº 2735 – PÁG. 3 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343 www.sabaudia.pr.gov.br

IV - Eleger nova diretoria após a declaração de utilidade pública e deixar de comprovar a idoneidade moral dos novos diretores.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edíficio da Prefeitura Municipal de Sabáudia, Estado do Paraná, aos 17 dias do mês de setembro de 2025.

37950977

EDSON HUGO Assinado de forma digital MANUEIRA:035 MANUEIRA:03537950977 Dados: 2025.09.17 11:42:32 -03'00'

EDSON HUGO MANUEIRA

Prefeito Municipal

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

Jornalista Responsável:

ANO XIV – Nº 2735 – PÁG. 4 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343 www.sabaudia.pr.gov.br

LEI Nº 937/2025

"Súmula: Dispõe sobre a revogação da Lei Municipal nº 772/2023 e a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI/SABÁUDIA e do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências."

Capítulo I

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

- **Art. 1º.** Fica criado O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Sabáudia.
 - Art. 2°. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa CMDPI:
- I Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas, zelando pela sua execução;
- II Elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política
 - III Municipal dos Direitos das Pessoas idosas;
- IV Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito à pessoa idosa;
- V Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes à pessoa idosa, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º./10/03 (Estatuto da Pessoa Idosa Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;
- VI Fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa, conforme o disposto no artigo 52 da Lei Federal nº. 10.741/03, voltadas para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa idosa;
- VII Inscrever os programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa;

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

Jornalista Responsável:

ANO XIV – Nº 2735 – PÁG. 5 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343 www.sabaudia.pr.gov.br

- VIII Estabelecer a forma de participação da pessoa idosa residente no custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa;
- IX Apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento da pessoa idosa;
- X Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursosoriundos daquele; zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento à pessoa idosa;
 - XI Elaborar o seu regimento interno;
 - XII Outras ações visando à proteção do Direito da Pessoa Idosa.

Parágrafo único – Aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse da pessoa idosa.

- **Art. 3º.** O O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa é representado de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, composta por membros titulares e suplentes e será constituído na forma em segue:
 - I- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
 - II- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - III- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - IV- 01 (um) representante da Secetaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
- V- 01 (um) representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento da pessoa idosa, sendo titulares e suplentes;
- VI- 01 (um) representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento da pessoa idosa, sendo titulares e suplentes;

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

Jornalista Responsável

ANO XIV – Nº 2735 – PÁG. 6 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343 www.sabaudia.pr.gov.br

VII- 01 (um) representantes das pessoas idosas residentes no município de Sabáudia a mais de dois anos;

- VIII 01 (um) representante de organização de grupo ou movimento da pessoa idosa, em atividade;
- IX 01 (um) representante das Igrejas com políticas de atendimento e promoção da pessoa idosa.
 - §1°. Cada membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso terá um suplente.

Parágrafo único: Na ausência de representantes da sociedade civil, como um representante de organização de grupo ou movimento da pessoa idosa em atividade e um representante das Igrejas com políticas de atendimento e promoção da pessoa idosa, esses cargos poderão ser preenchidos por 02 (duas) pessoas idosas inscritas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e/ou em oficinas complementares ofertados no Centro do Idoso "Ives Furlan".

- § 2º. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respesctivas secretarias entidades e nomeados pelo Chefe do Poder Excutivo Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.
- § 3°. Os membros do Conselho exercerão mandato de duração de dois anos, sendo passíveis de recondução por múltiplos períodos, desde que permaneçam no exercício das funções ou cargos para os quais foram indicados.
- § 4º. Os membros do Conselho podem ser substituídos de forma livre, mediante uma requisição formal do órgão que os representa e uma nova indicação feita pelo representado.
- § 5º. As entidades não governamentais e/ou pessoas idosas serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim, sendo o processo eleitoral acompanhado por um representante do Ministério Público.
- § 6°. Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Chefe do Poder Executivo, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dia após a realização decrescente de votação.
- **Art. 4º.** O Presidente, o Vice-Presidente e Secretário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

Jornalista Responsável Maria do Carmo D. S. Vieira - 3415/13/27v

ANO XIV – N° 2735 – PÁG. 7 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343 www.sabaudia.pr.gov.br

- § 1º. O Vice Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo Secretário.
- § 2º O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, sem direito a voto, membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse da pessoa idosa.
- **Art. 5°.** Além do voto ordinário, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá o voto de qualidade em caso de empate.
- **Art. 6°.** A função do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.
- **Art. 7°.** As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:
 - I Extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;
- III Aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.
 - Art. 8°. Perderá o mandato o Conselheiro que:
 - I desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
 - II faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
 - III apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
 - IV for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.
- **Art. 9°.** Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.
- **Art. 10.** Os órgãos ou entidades representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicadosa partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

Jornalista Responsável

ANO XIV – N° 2735 – PÁG. 8 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343 www.sabaudia.pr.gov.br

- **Art. 11.** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.
- **Art. 12.** O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.
- **Art. 13.** As sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão públicas, precedidas de ampla divulgação.
- **Art. 14.** A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.
- **Art. 15.** Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo datações próprias.

Capítulo II

Do Fundo Municipal de Diretos do Idoso

- **Art. 16.** Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, Município de Sabáudia.
 - Art. 17. Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa o:
- I recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional da Pessoa Idosa;
 - II transferências do Município;
 - III as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- IV rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
 - V as advindas de acordos e convênios;
 - VI As provenientes das multas aplicadas com base na Lei Federal n. 10.741/03;
 - VII Outros recursos qu lhe forem destinados.
- **Art. 18.** O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

Jornalista Responsável

ANO XIV – N° 2735 – PÁG. 9 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343 www.sabaudia.pr.gov.br

e atividades aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, quadrimensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, apósapresentação e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

- §1º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.
- §2°. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, sob a orientação e controle do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, cabendo ao seu titular:
- I Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- II Submeter ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa demonstrativo contábil damovimentação financeira do Fundo;
 - III Assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
 - IV outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- **Art. 19.** Para a primeira instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, o Poder Executivo convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.
- **Art. 20.** A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei. Art. 21. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

ANO XIV – N° 2735 – PÁG. 10 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SABÁUDIA

Praça da Bandeira, 47 - Centro CEP: 86720-000 Sabáudia-PR CNPJ: 76.958.974/0001-44 Fones: (43) 3151-1122 / 3151-1160 / 3150-1343 www.sabaudia.pr.gov.br

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especifico a Lei Municipal nº 772/2023.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sabáudia, Estado do Paraná, ao 17 do mês de setembro de 2025.

> EDSON HUGO Assinado de forma digital MANUEIRA:035 MANUEIRA:03537950977 37950977

Dados: 2025 09 17 11:43:12 -03'00'

EDSON HUGO MANUEIRA

Prefeito

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI Nº 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012

Jornalista Responsável: Jaria do Carmo D. S. Vieira - 3415/13/27v

ANO XIV – N° 2735 – PÁG. 11 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Página: 1 / 2



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SABAUDIA

Praça da Bandeira., 47 - Centro - Sabáudia CEP: 86720-000 CNPJ: 76.958.974/0001-44 Telefone: (43) 3151-1122

E-mail: Site: http://www.sabaudia.pr.gov.br/

PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 31/2025

Processo Adm.: 58/2025

Data do Processo: 12/08/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 58/2025 b) Nr. Licitação: 31/2025 - PE c) Modalidade: Pregão eletrônico

d) Data de Homologação: 17/09/2025

e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS

NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, PARA A MANUTENÇÃO DOS

VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

COPAL - COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA

Total do Participante: 15.600,00

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

GAMA PNEUS LTDA

Total do Participante: 44.236,48

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

RAVI E-COMMERCE LTDA.

Total do Participante: 377.112,82

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores: RINAGRO IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA

Total do Participante: 6.010,06

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

ZEUS COMERCIAL LTDA

Total do Participante: 144.848,00

Total Geral: 587.807,36

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da DespesaDotaçãoValor EstimadoManutenção das Atividades da Secretaria de Governo02.001.04.122.0004.2022.3.3.90.30.00R\$ 737.966,06

Sistema: Compras - Usuário: susimaradario. Emissão: 17/09/2025, às 15:17:31. Protocolo: a29fc09f-82d6-49c2-b885-77991d4f1836

www.sabaudia.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI № 209/2012 DE 16 DE ABRIL DE 2012	Maria do Carmo D. S. Vieira - 3415/13/2
ANO XIV – N° 2735 – PÁG. 12 – QUARTA-FEIRA – 17 – 09 – 2025 – EDIÇÃO EXTRAORD	DINÁRIA
	Página: 2 / 2
Sabáudia, 17/09/2025	
	Assinatura do Responsável